



Modernidade, *Stimmung* e o Romantismo no Brasil

Ana Paula Silva Santana¹

Resumo: No presente artigo abordamos, primeiramente, a modernidade e a temporalidade concernentes ao Romantismo. Dissertamos acerca da abertura de possibilidades referentes ao período, assim como a própria compreensão da história e a ressignificação da linguagem. Nossa intenção é destacar certos pontos relevantes para a compreensão da tensão entre o presente, o passado e o futuro que foram especialmente importantes na temporalidade dos escritores e das obras românticas no Brasil do século XIX. Em um segundo momento, desenvolvemos o que seria a *stimmung* melancólica própria do Romantismo, com base nos escritos de Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. Por fim, direcionamo-nos ao debate historiográfico referente às leituras construídas pelos historiadores acerca do Romantismo no Brasil, apresentando duas vertentes historiográficas e seus apontamentos sobre o estilo literário.

Palavra-Chave: Romantismo, Modernidade, Historiografia.

Modernity, *Stimmung* and the Romanticism on Brazil

Abstract: In the present article we deal first with modernity and temporality concerning Romanticism. We talk about the opening of possibilities related to the period, as well as the understanding of history and the resignification of language. Our intention is to highlight certain points relevant to the understanding of the tension between the present, the past and the future that was especially important in the temporality of writers and romantic works in 19th century Brazil. In a second moment, we developed what would be the melancholic *stimmung* proper of Romanticism, based on the writings of Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães and José de Alencar. Finally, we address the historiographical debate regarding the readings constructed by historians about Romanticism in Brazil, presenting two historiographic aspects and their notes on the literary style.

Keywords: Romanticism, Modernity, Historiography.

Introdução

No decorrer deste artigo, discutiremos em três momentos, certos pontos importantes na compreensão do seria a modernidade, a *stimmung* e o Romantismo no Brasil oitocentista. Assim, no primeiro momento direcionamo-nos mais propriamente à temporalidade concernente ao Romantismo, ou seja, à modernidade. Nossa intenção é pontuar sobre aquilo que consideramos importante para a compreensão da tensão entre presente, passado e futuro, que

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (PPGH/UFOP). Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (PPGH/UFOP). Membro do Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHN/UFOP).



os autores românticos, suas narrativas e suas personagens experimentavam. Entendemos essa temporalidade pertencente ao estilo Romântico, a partir da abertura de certas possibilidades, assim como pela própria compreensão de história, que deixava de ser ancorada numa percepção exatamente cíclica, especialmente, no que se refere à modernidade característica do Brasil ao longo do século XIX. Atentando-nos também para a crise epistemológica da modernidade e a consequente ressignificação dos conceitos².

Direcionamo-nos, no segundo momento, à explicação do que para nós significa o Romantismo nos séculos XVIII e XIX, quanto as reflexões histórico-temporais do estudo sobre o Romantismo no Brasil. Nos utilizaremos de autores europeus e brasileiros a fim de entendermos o clima histórico concernente ao estilo literário Romântico oitocentista. Dissertamos acerca da “melancolia”, que acreditamos ser a *stimmung* intrínseca ao período, que teria conduzido os literatos a críticas importantes contra a “moralidade egoísta” observada por eles no Império³.

Por fim, pontuamos sobre um debate historiográfico, a partir de duas vertentes de pesquisa que se posicionam de forma contrária quanto às análises dos autores e obras próprias do Romantismo Brasileiro no século XIX. De um lado, apontamos a corrente que se consolidou por compreender o Romantismo como um movimento artístico interessado, prioritariamente, no nacionalismo e no entretenimento de seus leitores. De outro lado, apresentamos a perspectiva historiográfica na qual nos posicionamos, haja vista a observação dos historiadores em relação às questões mais críticas e reflexivas levantadas por românticos como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar⁴.

Modernidade: Temporalidade Histórica e Disputas Conceituais no Interior da Linguagem

As narrativas, tramas e personagens do Romantismo foram construídas em meio a uma temporalidade instável, que compreendia ao mesmo tempo os anseios pela construção de um

² Nesse primeiro momento do artigo direcionamo-nos aos textos e apontamentos de autores como Reinhart Koselleck (2006), Valdeci Araújo (2008), Ilmar Rohloff de Mattos (2004) Luisa Rauter Pereira (2015) e Marcelo de Mello Rangel (2011).

³ No segundo momento do artigo, direcionamo-nos aos textos e apontamentos de autores como Hans Ulrich Gumbrecht (2014) Marcelo de Mello Rangel (2011), Adolphe Bossert (2015), Daniel Pinha Silva (2014). No que se refere ao debate historiográfico desenvolvido no terceiro momento do artigo, nos utilizamos dos textos e apontamentos de autores como Antônio Candido (2000), Luiz Costa Lima (1983) Flora Sussekind (2006), Maria Cecília Boechat (2003), Regina Zilberman (1999), Haroldo de Campos (2011), Kirian Valoubuef (1999), Andréa Werkema (2000), Marcelo Rangel (2011), Daniel Pinha Silva (2014).



futuro próspero (progresso) e se estruturava a partir da herança de um passado seguro, ou seja, são construções críticas de um momento em crise, carregado por sentimentos encorajadores, por esperanças e expectativas, mas, também pelo medo provocado pela falta de certa estabilidade. Não pretendemos afirmar que a temporalidade que antecedente ao Romantismo foi inteiramente pacífica, ou absurdamente calma/incontestável, mas que, de certa forma, a maneira pela qual as pessoas vivenciavam as experiências temporais era “facilitada” por certa repetição de significados e eventos. Um mundo onde a religião marcava, majoritariamente, a vida e as certezas de homens e mulheres, e onde a história era compreendida de forma mais cíclica, como uma espécie de “bacia” preenchida por experiências frequentemente consultadas, conforme podemos observar nas palavras de Reinhart Koselleck (2006):

Durante uma reunião em Charlottenburg, Oelssen [chefe de departamento no Ministério das Finanças] defendia vivamente a impressão de grande quantidade de papel-moeda para pagar dívidas. Uma vez esgotados os argumentos contrários, eu (conhecendo meu homem) disse com demasiada ousadia: Mas senhor Conselheiro Privado, o senhor certamente se lembra que já Tucídides falava do mal que sucedeu quando, em Atenas, decidiu-se imprimir papel-moeda em grande quantidade. Essa é uma experiência de grande importância”, ele retrucou em tom conciliador, deixando-se assim convencer, para manter a aparência de erudição (KOSSELLECK, 2006, p. 1).

Podemos perceber que a personagem citada por Koselleck (2006) fez uso do que o autor chamou de “Topos da História *Magestra Vitae*”, uma vez que recorreu a um evento antigo para argumentar sobre a inviabilidade de uma estratégia econômica em seu mundo. Essa estrutura nos remete à predominância – até pouco tempo antes – de uma compreensão de história mais cíclica que tornava possível a confiança e a consulta recorrente dos acontecimentos pretéritos. Entretanto, o que pretendemos destacar com base nessa temporalidade histórica é a sua eventual descontinuidade, pois com o passar das épocas, essa forma de percepção histórica baseada em certa repetição tornou-se inviável, devido à própria emergência de descobertas e pensamentos “novos” no Ocidente europeu. Ou seja, eventos que não poderiam ser, ao menos não tão diretamente, pensados a partir da história e das tradições mais estruturadas, os quais provocaram, paulatinamente, novos questionamentos acerca daquela visão de mundo

Em “O Futuro Passado dos Tempos Modernos” de Reinhart Koselleck, observamos que essa “nova” compreensão da história e do tempo foi vivenciada a partir do século XVI e intensificada por uma crescente percepção de “aceleração temporal”, que o autor caracterizou como “modernidade”. Partindo desse conceito, o Koselleck apresenta a gradativa modificação das “Sociedades Ocidentais”, que ao não serem mais determinadas prioritariamente pela



religião e a sua conseqüente espera pelo fim dos tempos, passaram por processos de transformação, que levaram a um distanciamento paulatino em relação ao passado, às experiências que anteriormente orientavam tão fortemente o presente e determinavam significativamente as suas expectativas, o futuro (ARAÚJO, 2008, p. 99)⁵.

Assim, “o espaço de experiência”, compreendido aqui como determinadas tradições organizadoras do presente, tornou-se cada vez menor. Em contrapartida, o “horizonte de expectativa”, compreendido como previsão de futuros (aspirações, projetos) até então indisponíveis, cresceu. Dessa forma, o ideal de progresso, juntamente às descobertas científicas, territoriais e às “revoluções” em geral, proporcionavam ao futuro o caráter de desconhecimento, esperança e insegurança, sobretudo, no período que se segue de 1750 a 1850, o qual o próprio Koselleck (2006, p. 41) caracterizou como *Sattelzeit*. Não coincidentemente, tratava-se do período em que o Brasil passava por significativas mudanças políticas, sendo possível citar aqui eventos como a vinda da Corte Portuguesa, a Independência do Brasil, a popularização dos romances e folhetins, certo ideal revolucionário moderno, a ação modernizadora saquarema etc. (MATTOS, 2004).

No que tange ao “ideal revolucionário moderno” presente no Brasil Oitocentista, destacamos o trabalho “Ao Ponto em que as Necessidades Públicas Exigem”, de Luísa Rauter Pereira, ao salientar que em 1831 com a entrada do Governo Regencial na cena política do país, as experiências passadas conviveram cada vez mais com a abertura de expectativa e com o ideal de uma Revolução Moderna. Tratando-se aqui dos moldes estabelecidos por Reinhart Koselleck, de uma revolução relacionada à ruptura e não aos parâmetros de uma história cíclica e exemplar (PEREIRA, 2015).

Já no que se refere à “condição da ação Saquarema reguladora na modernidade no país”, salientamos que Ilmar Rohloff de Mattos em “Tempo Saquarema” explica o processo de construção do Estado Imperial e a constituição de uma classe senhorial no Brasil, como uma forma de restauração e expansão da ordem colonial a partir de uma forte (re)hierarquização

⁵ Em “A Experiência do Tempo”, Valdeci Lopes Araújo, argumenta que a aceleração do futuro proporcionou o distanciamento e o deslocamento das experiências do passado e também do presente. Ou seja, o mundo vivenciado na modernidade estava em constante transformação, cada vez mais distante de seu passado antigo e cada vez mais inserido em uma contagem linear e cronológica, preocupada com o desenvolvimento, o progresso de suas descobertas, fossem elas científicas, artísticas, políticas ou historiográficas. Aonde o presente, localizado entre o passado deixado para trás e o futuro almejado, era contraído, perdia sua “força epistemológica”, e tornava-se “apenas um momento em sua cronologia aparentemente infinita entre passado e futuro” (ARAÚJO, 2008, p. 99).



interna amparada antes de tudo em um governo centralizador. Tratava-se da condição e da ação Saquarema como mediadores e mesmo reguladores da modernidade no Brasil. Entretanto, o que pretendemos extrair da tese de Mattos (2004) é que, apesar do esforço pela centralização, havia também uma tensão interna entre os projetos intelectuais, ainda que as discussões permanecessem no espaço ordenado (mas, também, significativo no que tange à reorganização da “realidade”), que é o das ideias, do parlamento, da literatura.

Autores como Marcos Morel (2016), Valdeci Lopes Araújo (2008), Marcelo de Mello Rangel (2011) e Luísa Rauter Pereira (2015) tematizam o que seria a modernidade no Brasil, principalmente no que se refere ao período posterior à emancipação política do país, em 1822. Temporalidade que, segundo os autores, foi evidenciada pelo alargamento do espaço público, por certa pluralidade de visões de mundo, exaltações sociais e uma consequente ressignificação de conceitos fundamentais à cena político-social do período, inclusive no espaço literário (“ficcional”). Estes apontamentos vêm ao encontro de autores como István Jancsó e João Paulo Pimenta (2000), a julgar por suas observações concernentes à disputa conceitual de termos como “Nação” e “Estado” no processo de construção do Estado Nacional moderno no Brasil⁶.

Salientamos que o que estamos chamando de “ressignificação dos conceitos” na modernidade caracterizou-se por disputas políticas e sociais no interior da linguagem, principalmente, se considerarmos os espaços políticos e artísticos vigentes, como destacado nos trabalhos de Margareth Rago (1985), Marcelo Rangel (2011) e Marcos Morel (2016), ou seja, tratava-se da intensa disputa pelo “significado” de palavras que, ao serem utilizadas em um mundo marcado pela instabilidade social, política, cultural e econômica, não possuíam um sentido mais geral como antes. Como pode ser observado na citação abaixo:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Assim, percebemos que esta intensa instabilidade conceitual provocada pela modernidade determinou romances, poemas, manuais de comportamento, dicionários e peças

⁶ Acreditamos que este período marca, não apenas no Brasil, mas em certos espaços do Ocidente, o engendramento de um “novo” mundo político, social e democrático. Principalmente se compreendermos a “democracia” como um “regime de auto-instituição do social ou dos sentidos do coletivo”, definição apresentada por Marcel Gauchet e fortalecida por Luísa Rauter Pereira (2017, p. 261).



teatrais. Instâncias que serviram de palco para a transformação de palavras em conceitos, como “Nação”, “Estado”, “História”, “Revolução”, “Democracia”, “Feminino”, “Amor” e “Mulher”, por exemplo (KOSELLECK, 2006, p. 297). As disputas provocadas por esta crise da representação na modernidade, tornou possível significados e versões diferenciadas, designadas a um terno específico por um mesmo autor e até mesmo ao longo de uma única obra. Assim como, tornou possíveis também diferentes observações acerca do romantismo no interior da historiografia, como destacaremos mais adiante no artigo.

Clima histórico, Moralidade Egoísta e a Crítica Empreendida pelo Romantismo Brasileiro

Com as novas formas de enxergar o mundo, de produzir história e, sobretudo, de viver a experiência do tempo, não mais pautada pela busca de modelos orientados pela simples repetição dos acontecimentos passados, surgiram também novos questionamentos quanto as concepções políticas e sociais que colocavam em subserviência certos agentes históricos. Assim, evidenciaram-se alguns movimentos sociais de emancipação, tais como manifestações, reivindicações operárias, abolicionistas, manifestações feministas, entre outros⁷.

Movimentos amparados pelos mais diferentes referenciais teóricos, políticos e artísticos, desenvolvidos nos mais variados ambientes, das câmaras às artes, da promulgação de leis aos palcos teatrais do Império. E, essa temporalidade instável, marcada pela luta/pelo desejo de mudança, somada à incerteza do futuro e à insegurança do presente foi responsável por determinado clima histórico comum à época, sobretudo, no que toca a certos homens e movimentos específicos da modernidade como é o caso do Romantismo (RANGEL, 2011).

Destarte, esse clima histórico, ou a *stimmung* como é pontuado por Hans Ulrich Gumbrecht (2004), age como uma “voz interior”, uma espécie de melodia que perpassa o sentido e alcança os homens enquanto “presença”, ou seja, ultrapassa aquilo que concerne à metafísica, ao pensamento e atinge o que é físico/corporal, direcionando formas de convivência,

⁷ Como exemplos de eventos políticos e sociais ocorridos durante a modernidade, tendo em vista o caráter de ruptura proporcionado pela temporalidade, citamos a Revolução Industrial e a Revolução Francesa ocorridas na Europa, assim como a própria Independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824. No que se refere à concepção de Revolução na modernidade recomendamos Koselleck (2006). Ao nos referirmos a “manifestações feministas” desenvolvidas no decorrer da modernidade, fazemos menção às primeiras aparições do movimento no século XIX, sobretudo na Inglaterra, a julgar o caráter de luta institucional defendido pela “Primeira Onda do Feminismo”, ou seja, a luta por direitos jurídicos, educacionais e conjugais, muito evidente nesse primeiro momento. Consultar: Perrot (2007).



manifestações artísticas e ações concretas nas mais diferentes relações humanas, assim como nas mais diferentes construções políticas e sociais.

Dessa forma, salientamos que a *stimmung* que pretendemos compreender a partir do Romantismo, o “clima histórico” que acreditamos ter feito parte da modernidade é a “Melancolia”. Um clima histórico que, segundo Marcelo de Mello Rangel (2011), foi responsável por uma tristeza íntima e um desejo encorajador em busca de um futuro também coletivo e mais afastado disso que seria o “egoísmo”.

“Egoísmo” que, nas definições apresentadas por Gonçalves de Magalhães e Torres Homem, trata de um sentimento individualista, da própria privação da felicidade ao menos da maior parte/nacional. Dito em outras palavras, para os românticos embebidos pela “Melancolia”, o homem deveria abandonar o “egoísmo”/o individualismo e unirem-se aos outros homens a fim de “construir uma sociedade no interior da qual o principal objetivo deveria ser o bem da comunidade, da pátria” (RANGEL, 2011, p.27).

Assim, destacamos que, para além da primeira geração de românticos do Brasil, composta pelos literatos da Revista Niterói – Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre –, outros literatos como Gonçalves Dias também foram envolvidos pela *Stimmung* da “Melancolia”⁸. E, a expressão desse sentimento de tristeza a um só tempo encorajador, que acreditamos ser orgânico à construção das personagens românticas, pode ser reconhecida inclusive nas cartas enviadas pelo autor, como a correspondência trocada com seu amigo Alexandre Teófilo:

Eu tinha um princípio de **Melancolia**, porém agora tem crescido muito. Gosto de passear sozinho e desconhecido pelas ruas desertas e silenciosas de Lisboa. Gosto de desfrutar a viração de uma noite de luar depois de um dia abafado. Gosto de contemplar parte da Cidade do Cais do Sodrê. Os edifícios que se encastelam – e que se desenham majestosos pelo mar, pelas casas circunvizinhas figurando objetos estranhos e gigantescos. Gosto de me embarcar em uma falua – correr o mar, contemplar a lua, que se espelha vacilante na superfície polida das águas. Os navios – que jogam descompassados como o cavalo que escava a terra impaciente de correr – e sobretudo a voz do Nauta que ecoa triste na solidão da noite, que acorda mil outras vozes (DIAS, 1964, p. 10, grifo nosso).

No trecho acima, retirado de uma carta enviada por Gonçalves Dias no ano de 1841, quando o autor não havia escrito ainda sua primeira peça teatral e nem mesmo seus poemas

⁸ A revista Niterói foi um periódico lançado no ano de 1836 em Paris, na qual jovens estudantes brasileiros (Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre, entre outros) objetivaram a constituição e divulgação do que seria a cultura brasileira, constituindo o que seria o início do Romantismo brasileiro. Sobre a Revista Niterói e a primeira geração de Românticos no Brasil, recomendamos: (RANGEL, 2011).



mais famosos, podemos notar o teor “melancólico” presente nos pensamentos e sentimentos de Gonçalves Dias. Teor esse que logo estaria presente também em seus escritos contrários ao sentimento “egoísta” difundido por determinados seguimentos da sociedade. De tal forma que, sua produção ficcional se tornaria um espaço importante de resistência política a essas instâncias “moralmente egoístas”, como aquelas que corroboravam com a agressão, o estupro e o assassinato das mulheres em sua época.

O que pretendemos destacar dessa leitura de Gonçalves Dias é que o Romantismo não foi apenas um movimento literário dos séculos XVIII e XIX; foi antes, um “estilo de pensamento e uma estruturação de afetos” que exerceu importante “revolta contra certos aspectos essenciais da sociedade moderna, tida como responsável por uma regressão ou por um declínio da humanidade”. A exemplo do que lemos nas cartas de Gonçalves Dias e nas obras literárias de autores do século XIX – não apenas do Romantismo –, acreditamos que os estilos literários da modernidade estavam marcados por uma luta constante entre “a expressão de seu próprio tempo e lugar e um conjunto de obras, referências e procedimentos herdados” (LÖWY, 2004, p. 1).

Dessa maneira, não compreendemos o Romantismo a partir do teor “idealista” frequentemente apontado como característico do movimento. Pelo contrário, consideramos as narrativas românticas como uma forma de resistência trazida à cena com vigor pelos mais diferentes literatos do período. Fossem esses escritores nacionais, a exemplo de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, fossem internacionais como Novalis, escritor que, de acordo com Adolphe Bossert (2015, p. 152), fazia da poesia uma “conversação da alma com ela mesma”. Autores que ao “conversarem com a alma” expressavam, através de poesias, romances e dramas, seus sentimentos e esperanças não apenas no que diz respeito a temas mais pessoais, mas também a questões próprias ao Estado, ao que se chamou de nação, à política, economia e ao amor pelo o que seria coletivo.

Romantismo: Um Debate Literário e Historiográfico do Estilo

Sabemos que a consideração do Romantismo como uma expressão concreta de resistência política contra certos aspectos “moralmente egoístas” da sociedade vai de encontro às assertivas de autores como Antonio Candido (2000), Luiz Costa Lima (1983) e Emília Viotti da Costa (1963). Autores que foram tradicionalmente amparados por parte da historiografia que compreende o Romantismo como um movimento primordialmente relacionado à



construção da identidade brasileira – da nacionalidade – e ao entretenimento de seus leitores, sem a observância efetiva de sua proporção crítica⁹.

Assim, acentuamos que ao descrever o movimento Romântico em obras como “Formação da Literatura Brasileira”, “O Romantismo no Brasil” e “Iniciação à Literatura Brasileira”, Antonio Candido destaca o Romantismo como a entrada literária do Brasil, então independente, nas letras. Uma literatura que com “entusiasmo” teria sido empenhada na “descrição” da natureza brasileira, assim como no “abandono” da mitologia clássica e de modelos primordialmente portugueses, fazendo da figura do indígena um elemento importante disso que seria a nação.

Destacamos que, em uma análise geral do movimento, sobretudo, no que se refere à primeira geração de literatos, Candido exerceu críticas contundentes a certos aspectos referentes à forma/ao estilo das publicações românticas no Brasil, apontando-as, por vezes, como narrativas folhetinescas “sob a forma de contos e novelas insignificantes” (CANDIDO, 2002, p. 40). Da mesma forma, que realizou críticas a determinados autores importantes para a cena literária do país no século XIX, a julgar pelo trecho abaixo:

Os primeiros poetas brasileiros considerados românticos são medíocres. Gonçalves de Magalhães (1811-1882) foi a princípio um árcade estrito, mas a sua estadia em Paris lhe trouxe a revelação das novas tendências, que abraçou com entusiasmo, vendo nelas sobretudo religião e patriotismo, sendo que a forma mais legítima deste estaria no indianismo, tendência a que consagrou um fastidioso poema épico em dez cantos (CANDIDO, 2007, p. 40).

Pontuamos que apesar da crítica, Candido também dispensou elogios a alguns escritores do movimento vigente à época. A julgar os apontamentos quanto a importância do indianismo em Gonçalves Dias e até mesmo o tratamento de certas questões referentes aos “comportamentos humanos” e “abismos sociais” na literatura de Alencar. No entanto, o que assinalamos da análise de Candido é a não compreensão do Romantismo como um movimento prioritariamente político e crítico de seu próprio período. Uma espécie de comprometimento

⁹ Sobre o problema do nacionalismo brasileiro no século XIX e a noção de uma atividade letrada patriótica: “Em uma época marcada pela valorização do particular, forjado em nacional, como elemento diferenciador das literaturas, o caso brasileiro tem como traço específico as intensas relações entre a independência política e a literária, levando em conta a declaração de independência política em 1822. Na apreciação de Antônio Candido, a autonomia política foi importante para a elaboração das ideias românticas por três motivos: com ela, ressaltou-se o desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos pautados em um orgulho patriótico, apresentado como continuidade da ideia de nativismo; como desdobramento, uma vontade de criar uma literatura independente, não apenas uma literatura, colocando o problema do nacionalismo literário e a busca de novos modelos; por criar a noção de que a atividade letrada deve servir a uma tarefa patriótica na construção do brasileiro, ainda em nascimento” (SILVA, 2014, p. 82).



percebido pelo autor em outros movimentos literários, como o Realismo ainda no século XIX e o Modernismo no século XX, mas não no Romantismo (LIMA, 1983; CANDIDO, 2000).

A atenção dispensada por Antonio Candido acerca do nacionalismo expresso no Romantismo brasileiro aparece também como primordial ao trabalho de outros autores. Nesse sentido, mencionamos o trabalho de Flora Süssekind, “O Brasil não é Longe Daqui”, uma vez que disserta acerca da nacionalidade, assim como da delimitação da origem histórica do país concernente ao trabalho de importantes nomes do Romantismo brasileiro dentre eles Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. Para a Süssekind, o século XIX foi marcado pela tentativa constante destes românticos em pontuar as origens da literatura brasileira e, porquanto, o consequente posicionamento destes mesmos literatos como narradores amenos de costumes e de quadros históricos pouco problemáticos, como descrito no trecho abaixo:

Trata-se, sobretudo, de perceber como este elemento narrativo específico- o narrador- adquire perfil próprio, marcado, exatamente quando talvez fosse de esperar que se mantivesse em papel apagado. Em parte, porque com os moldes do folhetim, do melodrama e da novela histórica, adotados pelos primeiros autores de contos e romances no país, pareciam assimilados de forma particularmente mecânica, quase sugerindo andar sozinhos, com o narrador em posição secundária diante de fôrmas, truques, *coups de théâtre*, cartas marcadas de vários tipos, em sucessão previsível. Em parte, porque a própria obsessão pela cor local parecia sugerir que o narrador procurasse fazer o mínimo de sombra possível a ela, cabendo-lhe a exclusiva função de fitá-la. Em parte porque, em absoluta sintonia com o próprio tempo, com o desejo de afirmação da unidade nacional e da paisagem americana com a “fundação” de uma novelística local, e pertencentes ou desejosos de pertencer em geral às classes dirigentes, não parece interessar a esses primeiros prosadores de ficção brasileiros acentuar qualquer negatividade no relacionamento entre o seu narrador e as tramas e paisagens romanescas que desfilam aos seus olhos, ou entre ele e o nexos social graças ao qual se lhe atribui essa função de observador ameno de costumes, quadros históricos e vistas que se deseja bem pouco problemáticos (SÜSSEKIND, 2006, p. 2019).

Ainda no que diz respeito à incidência da nacionalidade no Romantismo brasileiro, sobretudo, no que se reporta à primeira geração de românticos, Luiz Costa Lima aponta para o favorecimento do investimento estatal e seu afã civilizador que teria impulsionado a produção romântica no Brasil, sem que isso fosse a crítica da sociedade instituída. Para Costa Lima, diferente do Romantismo europeu, que teria sido capaz de efetuar posicionamentos críticos e autoreflexivos importantes no que toca à natureza, o Romantismo brasileiro teria figurado como uma encenação “fantasística das queixas do poeta”. Dito em outras palavras, para Costa Lima (1989) os escritores do Romantismo brasileiro dedicavam-se mais propriamente a uma observação contemplativa – e individualista – da natureza, haja vista que não observamos na



análise do autor isto que seria o comprometimento da literatura brasileira com aquele mundo ao qual pertencia.

Comprometimento que, também, foi negado ao Romantismo nas análises desenvolvidas por José Veríssimo. De acordo com os apontamentos de Maria Boechat em “Paraísos Artificiais”, para Veríssimo a literatura escrita pelos autores do Romantismo, especialmente por Macedo e Alencar, teria sido empenhada em divertir “despreocupadamente” seu público leitor. Um público que desinteressado esteticamente e politicamente, desejando apenas o afastamento “das realidades da vida”. Tratava-se, para Veríssimo, da “literatura para divertir as mocinhas” (BOECHAT, 2003, p. 65)¹⁰. Argumento com o qual não concordamos, haja vista que observamos assertivas políticas importantes na literatura romântica, sendo possível citar aqui as obras do próprio José de Alencar, apontadas por Veríssimo.

Para além de “Lucíola” e “Senhora”, comumente mencionadas como obras críticas do autor, citamos também o texto teatral “As Asas de um Anjo”, no qual Carolina, a protagonista da trama, levanta questões importantes quanto à sua posição social. Texto que foi censurado em 1858 e que contou com a crítica pública feita por seu autor no “Diário do Rio de Janeiro”, expressa no fragmento abaixo, com a qual observamos a indignação de Alencar em ver sua obra censurada nos palcos do Império, destacando assim a não aceitação pública de uma peça que fosse capaz de expor, criticando, “os costumes nacionais” e, conseqüentemente, a sua “própria sociedade”:

Quando tive a ideia de escrever “As Asas de um Anjo”, hesitei um momento antes de realizar o meu pensamento, interroguei-me sobre a maneira por que o público aceitaria essa tentativa, e só me resolvi depois de refletir que as principais obras dramáticas filhas da chamada escola realista – “A Dama das Camélias”, “As Mulheres de Mármore” e “As Parisienses” –, têm sido representadas em nossos teatros; que a Lucrecia Borgia e o Rigoletto, transformação de *Le Rosi S’Amuse* de Vitor Hugo, eram ouvidas e admiradas no Teatro Lírico pela melhor sociedade do Rio de Janeiro. Confiando nestes precedentes, animei-me, porém que tinha contra mim um grande defeito, e era ser a comédia produção de um autor brasileiro e sobre costumes nacionais; esqueci-me que o véu que para certas pessoas encobre a chaga da sociedade estrangeira, rompia-se quando se tratava de esboçar a nossa própria sociedade. [...] Respondam os moralistas, e comparem a minha cena com todas essas a fim de julgarem calma e imparcialmente; a fim de apreciarem a justiça com que se proíbe a minha comédia em uma cidade onde todos os horrores da escola romântica e todas as

¹⁰ No tocante à assertiva de Veríssimo ao apontar o leitor do Romantismo como “desinteressado esteticamente”, aproveitamos para mencionar a entrada dos estudos estéticos nas artes. Haja vista que, a partir do século XVIII, filósofos e artistas alemães já um tanto quanto desinteressados das premissas artísticas estabelecidas pela Poética começaram a preocupar-se com outras questões, sobretudo com esta questão pertencente ao “belo” e aos seus efeitos receptores. Dos questionamentos sobre o belo, surgiu a Estética, ou seja, a ciência dedicada ao estudo e aos padrões de determinado movimento artístico (ZILBERMAN, 1999, p. 264-271).



verdades do que chamam escola realista têm sido exibidas. (ALENCAR, 1977, p. 255-260).

Ainda, no que se refere aos autores que consideram o Romantismo como um movimento, de certa forma, pacífico, apontamos as considerações feitas por Emília Viotti da Costa. Em seu texto “Concepção do Amor e Idealização da Mulher no Romantismo”, a autora, apesar de tratar de um sentimento moderno e importante como o “amor” –, sobretudo, no que diz respeito ao feminino – acaba afirmando que este “amor” é idealista. Em outras palavras, para Costa (1963), o Romantismo foi envolto pela “sensibilidade” e pela “imaginação”, o que teria facilitado o surgimento do “amor” como uma virtude, mas como um sentimento idealizador, capaz de transformar e edificar até mesmo a mais vil de todas as mulheres:

O amor, neste caso, aparece como uma virtude: todo amor é sincero e, por isso mesmo, nobre e edificante. O amor divinizado, em certas obras de George Sand, Lamartine, Hugo, sem falar nos autores alemães como Schlegel ou Novalis, assume foros de religião. Desenvolve-se, ao mesmo tempo, a mística do primeiro amor. Ao lado dessa ideia, surge a tese da redenção da pecadora: a mais vil das mulheres pode ser redimida por um verdadeiro amor, puro e desinteressado. Essa tese, de preferência francesa, criou grandes tipos literários, desde Marion Delorme até a Dama das Camélias (COSTA, 1963, p. 38).

No que tange à análise do “amor” romântico feita por Costa, não pretendemos negar o caráter edificante, concernente à personalidade das personagens narradas. No entanto, acreditamos, que o “amor” no Romantismo figurou, para além do que foi apontado pela autora, como uma matriz de resistência do “feminino” no interior da ficção atingindo o público leitor. De tal forma que observamos na trajetória das personagens femininas do movimento, a exemplo da própria Margarida Gautier – “A Dama das Camélias” – mencionada por Costa, a compreensão do “amor” como um sentimento encorajador de suas próprias escolhas, como a escolha de seu cônjuge. Salientamos a decisão da protagonista em abandonar uma vida regada a luxuosas “propostas financeiras e presentes” pelo amor que sente por Armand. Trata-se, para nós, da tomada de suas ações através da força proporcionada pelo amor, em detrimento daquilo que estava socialmente/politicamente pré-estabelecido (DUMAS FILHO, 1848).

Não desconsideramos a importância historiográfica das análises de autores como Candido e Costa, ou seja, compreendemos a sua relevância para a construção daquilo que tornou possível a compreensão de parte do Romantismo no Brasil. No entanto, aproximamo-nos das análises desenvolvidas mais recentemente por Haroldo de Campos (2011), Karin Volobuef (1999), Andréa Werkema (2001), Marcelo Rangel (2011), Daniel Silva (2014) e Gisele Chiari (2015), que abrangem as reflexões acerca do movimento, acentuando suas características para



além de um nacionalismo mais idealista, da idealização das personagens e do entretenimento dos leitores.

A partir disto, nos voltamos para o texto “O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira”, obra em que Haroldo de Campos exerce críticas contundentes ao que Antonio Candido propôs em sua análise do Barroco em seu livro “Formação da Literatura Brasileira”. Para Campos (2011, p. 20), Candido explicitara sua compreensão de que o Barroco no Brasil não teria sido importante à “formação” da literatura nacional, uma vez que não teria elaborado uma linguagem própria e nem atingido um público leitor significativo.

Destarte, a objeção de Campos (2011) à interpretação de Candido baseia-se no argumento de que o conceito de “formação” presente em sua obra não compreende todo o condicionamento da literatura nacional. Para Campos (2011), a análise feita por Antonio Candido foi responsável por determinada lógica de exclusão e inclusão de textos literários que não condizem com uma análise apropriada do que teria sido desenvolvido nas obras no decorrer das décadas. Partindo desse pressuposto, a proposta de Campos (2011) abrange uma “nova” compreensão do Barroco, associando-o aos apontamentos e críticas políticas e sociais, o que explicitaria a necessidade de certa (re)leitura de estilos/textos literários como o Barroco e o próprio Romantismo, por exemplo.

Tendo em vista esta proposta acerca da (re)leitura de certos estilos literários, iniciamos nossa compreensão do que seria próprio ao Romantismo a partir daqueles que relacionam a literatura Romântica no Brasil àquela desenvolvida na Alemanha, no século XVIII. Nesse sentido, apontamos primeiramente o trabalho “Frestas e Arestas: A Prosa de Ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil”, de Karin Volobuef, no que se refere ao âmbito crítico próprio ao nascimento do Romantismo na Alemanha. No desenrolar de seu argumento a autora menciona as diversas tendências do Romantismo, que vão desde o conservadorismo às atitudes revolucionárias, haja vista a verificação de uma acirrada crítica social dimensionada pelo romantismo alemão contra certa arbitrariedade de que se serviam os poderosos da época (aristocratas) e contra a valorização excessiva do prestígio social e do dinheiro da burguesia (VALOUBUEF, 1999).

Já no que toca às críticas sociais empreendidas pelos românticos no Brasil, Volobuef (1999) aponta especialmente a contraposição dos escritores ao autoritarismo patriarcal de sua época. Às disposições paternas acerca do futuro de seus filhos, principalmente de suas filhas,



através dos arranjos matrimoniais, compreendendo o amor como oposição ao “caráter econômico” dessas relações familiares vigentes no Brasil Oitocentista. A autora destaca outras preocupações intrínsecas à literatura romântica no Brasil tais como “a precariedade das escolas no interior, nas quais lecionavam indivíduos sem nenhum preparo específico ou mesmo instrução e “o charlatanismo em que patinava a medicina praticada pelos sertões afora” (VALOUBUEF, 1999).

Em relação a esta aproximação vigente entre o Romantismo desenvolvido no Brasil e aquele observado na Alemanha, mencionamos, também, o trabalho de Andréa Werkema em “O Romantismo de Álvares de Azevedo”, em que aponta para a “acriticabilidade” como uma condição concernente à teoria do “primeiro Romantismo alemão”, assim como a seriedade analítica implícita ao texto que permite o movimento da construção romântica para além da idealização frequentemente apontada por outros autores.

Assim, para Werkema, a utilização da crítica no Romantismo pode ser observada também no desenrolar da literatura brasileira, sobretudo, a partir da leitura e análise da obra “Macário”, de Álvares de Azevedo. Segundo a autora, o drama do literato carrega características marcantes disto que seria próprio ao “primeiro Romantismo alemão”, tais como “a transgressão romântica ao incesto, a atração exercida pelo suicídio, a discussão do lugar do poeta e de sua obra no mundo e o amor não correspondido”. Trata-se, para a autora, de uma obra autorreflexiva, irônica, “expressivista” e sentimentalista, ou seja, “um texto multifacetado na melhor tradição romântica” (WERKEMA, 2001).

No que se refere, ainda, à crítica ficcional do Romantismo no Brasil empreendida por outros românticos, trazemos à cena o argumento desenvolvido por Marcelo de Mello Rangel em sua tese de doutorado “Poesia, História e Economia Política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói”, na qual apresenta assertivas desenvolvidas pela primeira geração de românticos no Brasil quanto ao “egoísmo” na sociedade oitocentista. Literatos como Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem teriam elaborado estratégias capazes de emocionar os homens e mulheres da “boa sociedade”, a fim de convencê-los à tomada de decisões pelo todo/pela nação, inclusive no tocante ao fim da escravidão. E isso através de um apelo estético, literário, desenvolvido à luz da instauração do Romantismo no Brasil (RANGEL, 2011, p. 27)¹¹.

¹¹ Nossa compreensão do conceito de “boa sociedade” foi retirada do texto “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”, de Ilmar Mattos, como explicitado no seguinte trecho: “As diferenças e hierarquizações entre a boa sociedade – aqueles que eram livres, brancos e proprietários de escravos –, e os escravos- aqueles que não eram



Da mesma forma, salientamos o trabalho de Daniel Pinha Silva em seu texto “História e Literatura no Brasil Oitocentista”, no qual é apresentada a tese de que a literatura moderna não só surgiu como um aparato político de crítica social, como evidenciou a decisão por sua historicidade. Dito em outras palavras, de acordo com Silva, já existia, no século XIX, a intenção estética de problematizar as questões do presente na literatura (SILVA, 2004, p. 81). Tal fato é reforçado pelo autor no trecho abaixo, em sua análise acerca das “Cartas sobre a Confederação dos Tamaios”, de José de Alencar:

As “Cartas” revelam, sobretudo, o destaque dado por Alencar para o problema da forma literária que, segundo ele, deve estar adequada a critérios locais e epocais, sem, contudo, abrir mão de uma tradição acumulada pelo passado literário, a qual o presente deve mobilizar. Ou seja, embora atrelado ao instinto de nacionalidade disseminado pelas letras brasileiras nos oitocentos, Alencar problematiza nas “Cartas” a historicidade das formas literárias, trazendo para primeiro plano um princípio romântico adequado ao contexto letrado brasileiro (SILVA, 2004, p. 81).

Argumento esse, acerca da relação entre as obras ditas ficcionais e sua própria historicidade no século XIX, que foi desenvolvido também por Gisele Chiari, em sua tese de doutorado “A Estética Romântica no Teatro de Gonçalves Dias”, quando a autora menciona a escolha dos eventos históricos no Romantismo à luz das situações políticas vivenciadas pela sociedade vigente. O que Chiari (2015, p. 146) observa na obra “Leonor de Mendonça”, quanto a obrigação matrimonial imposta às personagens do drama, pode ser verificada nos enlances matrimoniais do período em que a obra foi escrita. Uma maneira incisiva da expressão dos autores Românticos em suas narrativas, intimamente envolvidos pelo clima histórico e pelo ideal melancólico encorajador observado na Modernidade, responsável inclusive pelas críticas estéticas daquele período.

Considerações Finais

Observamos a Modernidade e sua consequente “abertura de expectativa” essencial para a construção dos estilos literários da época, como o Romantismo. Acreditamos que a temporalidade histórica do século XIX no Brasil foi importante para a criação de obras literárias preocupadas com o meio político e social que as circundavam, sendo possível citar as mais diferentes obras de autores brasileiros como Gonçalves Dias e José de Alencar.

brancos e eram propriedades de outrem, as diferenças e hierarquizações, repito, eram construídas a partir dos atributos primários de liberdade e propriedade, e matizadas por critérios raciais e culturais, pondo em questão o conceito moderno e revolucionário de nação” (MATTOS, 2004, p. 9).



Para além da Modernidade concernente aos escritores e obras do Romantismo, destacamos o clima histórico “melancólico”, que teria influenciado as ações desses românticos contrários a determinada “moralidade egoísta” do período, ou seja, românticos que embebidos pelas novas possibilidades temporais da época, assim como pelo ideal encorajador melancólico, expressavam em suas obras os mais diferentes questionamentos e críticas referentes ao egoísmo, ao amor, aos contratos matrimoniais e à escravidão por exemplo.

Tendo em vista o debate historiográfico apresentado no artigo, compreendemos que apesar das diversas possibilidades de leitura referente ao Romantismo no Brasil, consideramos o estilo literário como essencial para a compreensão dos anseios e da cena histórico-temporal do Brasil oitocentista, quer no que se refere à expressão de seu ideal crítico de novas possibilidades, quer no que se refere à observação e permanência de experiências passadas.

Entendemos o Romantismo como um evento próprio a manutenção de certas experiências, assim como as novas descobertas, lutas e expectativas desenvolvidas no interior da linguagem e, conseqüentemente, da Modernidade brasileira. Trata-se aqui da compreensão do estilo literário como a expressão da historicidade concernente àquelas obras e autores, como aparato linguístico, político e cultural importante àquele determinado período histórico, seja no que se refere à crítica observada pela literatura Romântica a isto que chamamos de “moralidade egoísta”, seja no que se refere à permanência de certo “espaço de experiência” determinados pela temporalidade em questão.

Referências

ALENCAR, José de. **As asas de um anjo**: comédia em um prólogo, quatro atos e um epílogo. Teatro completo. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.

ARAÚJO, Valdei Lopes. A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. **Revista de História** (USP), v. 159, 2008.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19090>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

ARAÚJO, Valdei Lopes. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). **Saeculum (UFPB)**, v. 1, 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BOECHAT, Maria Cecília. **Paraísos artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

BOSSERT, Adolphe. O romantismo de Novalis. **Revista Dialectus**, Ano 2, n. 7, set. 2015.

Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/download/5191/3823/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.



- CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos**. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.
- CHIARI, Gisele Chimmi. **A estética romântica no teatro de Gonçalves Dias: Leonor de Mendonça**. 2015. 223f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-17092015-162217/publico/2015_GiseleGemmiChiari_VCorr.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- COSTA, Emília Viotti. Concepção do amor e idealização da mulher no romantismo considerações a propósito de uma obra de Michelet. Periódicos FCLA/UNESP, v. 4. 1963. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3216/2943>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- DIAS, Gonçalves. A. **Correspondência ativa**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1964. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_084_1964.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- DUMAS FILHO, Alexandre. **La Dame aux Camélias (1848)**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, stimmung: sobre o potencial oculto da literatura**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC/Rio, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas da modernidade. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- LÖWY, M. **Judeus heterodoxos: messianismo, romantismo e utopia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). **Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. Porto: Universidade do Porto, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PEREIRA, Luísa Rauter. **Ao ponto que as necessidades públicas exigem: experiência política e refiguração do tempo no debate político da década de 1830**. São Paulo: Almanack, 2015.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora Contexto, 2007.



- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Marcelo de Mello. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói**. 2011. 316f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18523@1>>. Acesso em 1 nov. 2018.
- SILVA, Daniel Pinha. História e literatura no Brasil oitocentista: a historicidade do literário na crítica de José de Alencar a Gonçalves de Magalhães. **Revista Maracanan**, Ano X, v. 10, jan./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13751/10629>>. Acesso em: 4 nov. 2018
- SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VALOUBUEF, Karin. **Frestas e arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- WERKEMA, Andréa. **O romantismo de Álvares de Azevedo. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 7, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3104/3055>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- ZILBERMAN, Regina. Crítica. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.